

**Projeto de Lei do Legislativo nº 4, de 02 de março de 2023.**

**ESTABELECE DIRETRIZES PARA  
AÇÕES QUE VISEM O COMBATE À  
POBREZA MENSTRUAL NO ÂMBITO  
DO MUNICÍPIO DE SALTO DO  
JACUÍ-RS.**

**Art. 1º** Ficam instituídas diretrizes para ações que visem o Combate à Pobreza Menstrual no âmbito do Município de Salto do Jacuí.

**Art. 2º.** São diretrizes das ações referidas no art. 1º desta Lei:

I – Promoção de ações educativas e capacitação de profissionais para auxiliar na aceitação do ciclo menstrual como um processo natural do corpo;

II – Promoção de ações que visem a atenção integral à saúde de pessoas que menstruam e aos cuidados básicos decorrentes da menstruação;

III – Promoção de ações educativas que visem à saúde de crianças, adolescentes, mulheres e demais pessoas que menstruam;

IV – Estabelecer políticas que viabilizem o direito à universalização do acesso, para todas as pessoas que menstruam, a absorventes higiênicos, durante o ciclo menstrual.

V- Promoção de ações que visem o combate à desinformação e tabu sobre a menstruação, com a ampliação do diálogo sobre o tema nas políticas, serviços públicos, na comunidade e nas famílias;

VI- Prevenção e redução dos problemas de saúde decorrentes da falta de acesso às informações e produtos de higiene e saúde menstrual;

VII- Redução de faltas em dias letivos, prejuízos à aprendizagem e evasão escolar de estudantes em idade reprodutiva;

VIII- Promoção de ações que visem combater a desigualdade de gênero nas políticas públicas e no acesso à saúde, educação e assistência social;

IX – O desenvolvimento de programas, ações e articulação entre órgãos públicos, sociedade civil e a iniciativa privada, que visem ao desenvolvimento do pensamento livre de preconceito, em torno da menstruação;

X – Promoção de palestras e cursos em todas as escolas a partir do ensino fundamental, que abordem a menstruação como um processo natural do corpo, com vistas a evitar e combater a evasão escolar em decorrência dessa questão;

XI – Elaboração de cartilhas e folhetos explicativos que abordem o tema, voltado a todos os públicos, sexos e idades, objetivando desmistificar a questão e combater o preconceito;

XII – incentivo e fomento à criação de cooperativas, microempreendedores individuais e pequenas empresas que fabriquem absorventes higiênicos de baixo custo.

**Art. 3º.** As ações descritas nesta lei poderão ser realizadas pelo poder público, por instituições de ensino, entidades representativas de classe e pelas organizações da sociedade civil isoladamente ou em parceria.

**Art. 4º.** A presente lei será regulamentada, no que couber, para sua fiel execução.

**Art. 5º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Salto do Jacuí, 02 de março de 2023.

**JANE ELIZETE FERREIRA MARTINS DA SILVA**

Vereadora – PDT

**CLERES MARIA CAVALHEIRO REVELANTE**

Vereadora - PT

## **JUSTIFICATIVA**

O presente Projeto de Lei tem como intuito estabelecer diretrizes que promovam ações e políticas públicas em âmbito municipal para combater a chamada “Pobreza Menstrual” e os problemas dela decorrentes. Considerando que a menstruação ainda é considerado “tabu” e, que por essa mesma razão é palco de vários mitos, é pouco discutido nas famílias e na comunidade, vê-se que é de fundamental importância que o Estado – através da municipalidade - promova a sua desmistificação e o acesso à informações e insumos que garantam a melhoria da saúde e da higiene menstrual e também com o intuito de disseminar informações verdadeira e a naturalizar a temática, bem como, promover o acesso a produtos de higiene, saúde e bem-estar, como mecanismo importante na prevenção de problemas de saúde decorrentes da falta de higiene adequada.

É de se considerar também que informações de qualidade e apoio social, por meio de políticas públicas, são fundamentais para propiciar um maior esclarecimento, preparar as crianças para a menarca, e sensibilizar família, escola e comunidade para que possam oferecer amparo às pessoas que menstruam, a fim de que sua ocorrência não seja vexatória ou desamparada nos meios sociais e de convívio, e a naturalização da ocorrência da menstruação como uma vivência que não seja negativa ou acarrete sofrimento psíquico e/ou no convívio.

É do conhecimento da maioria de que os produtos de higiene menstrual têm um custo elevado para a maioria da população, que não possui renda suficiente para aquisição dos produtos de higiene e saúde menstrual na quantidade e com a frequência necessária e, por isso, é tão relevante o fornecimento dos produtos de higiene e saúde menstrual para a população de baixa renda. A falta de acesso a higiene menstrual adequada, além de causar consequências à saúde, afeta a igualdade de direitos e de oportunidades das pessoas que menstruam e acabam interferindo e até mesmo impedindo o desenvolvimento e a participação efetiva na vida comunitária, cultural, escolar e pública. Assim, o tema deve ser enfrentado como proteção de “direito humano”, a fim de promover a igualdade de gênero, o acesso à saúde física e mental, o desenvolvimento econômico, a participação da vida em sociedade e o bem estar das pessoas que menstruam.

O Projeto de Lei que ora é analisado pelos Nobres Edis, reconhece a importância de fazer circular informação entre todos os públicos, com especial atenção para tomadores de decisão. Dessa forma, é extremamente necessário garantir às pessoas que menstruam e estão em situação de vulnerabilidade econômica e social, informações seguras sobre o tema e acesso ao absorvente higiênico, assegurando esse item como essencial na política definida para esses segmentos, nas Unidades Básicas de Saúde/ Postos do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como nas Escolas Públicas que ofertam os anos finais do ensino fundamental e nas Escolas Públicas de Ensino Médio.

Salto do Jacuí, 02 de março de 2023.

**JANE ELIZETE FERREIRA MARTINS DA SILVA**

Vereadora – PDT

**CLERES MARIA CAVALHEIRO REVELANTE**

Vereadora - PT